

EDUCAÇÃO SUPERIOR E O ENSINO REMOTO: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS DE PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Elisangela Alves dos Reis 

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – elisangelareis@umuarama.pr.gov.br

Rosana Vasconcelos Vito 

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – rosanavito@prof.unipar.br

Lucylena Amaral Picelli 

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – luamaral@prof.unipar.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas experiências e possibilidades de práticas pedagógicas realizadas com acadêmicos do Curso de Licenciatura em Pedagogia nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV, no recorte temporal de 2020 e 2021. A pesquisa de caráter qualitativo, assente no relato de experiência, investigou como as práticas de exercício do estágio docente foram sistematizadas para que o acadêmico relacionasse os aspectos teóricos e práticos e se aproximasse das experiências da sala de aula em um período de ensino remoto emergencial, causado pela pandemia da Covid-19. Nesse contexto, levantamos as seguintes problemáticas: Como aproximar as vivências das práticas pedagógicas aos acadêmicos do Curso de Pedagogia em tempos de distanciamento social? Quais reformulações e adaptações foram necessárias para que o estagiário realizasse as diversas práticas pedagógicas entre elas: as etapas de observação, participação, planejamento e regência previstas na proposta curricular? Quais ferramentas tecnológicas e recursos potencialmente significantes foram aplicados nesse período? O cotejamento das informações revelou que a realização do estágio supervisionado ocorreu por meio de ferramentas digitais de computação em nuvem, no ambiente colaborativo virtual *Classroom*, com a utilização de dispositivos móveis dos acadêmicos para a participação das atividades síncronas e assíncronas, criação de conteúdos livres referentes aos componentes curriculares e adaptações metodológicas, desvelando, portanto, a relevância das tecnologias na Educação Superior, sobretudo, em tempos de pandemia.

Palavras-chave: Educação. Pandemia. Práticas Pedagógicas.

HIGHER EDUCATION AND REMOTE TEACHING: THE SUPERVISED INTERNSHIP IN PEDAGOGY COURSES IN PANDEMIC TIMES

Abstract: The present work aims to present some experiences and possibilities of pedagogical practices carried out with undergraduate students in Pedagogy in the subjects of Supervised Internship I, II, III and IV, during 2020 and 2021. This research is qualitative, based on the experience report, and investigated how the teaching internship practices were systematized so that the undergraduate student can relate the theoretical and practical aspects and approaches to the classroom experiences in a period of emergency remote teaching, caused by the pandemic of Covid-19. In this context, we raise the following questions: How can the experiences of pedagogical practices be brought closer to the students of the Pedagogy Course in times of social distance? What reformulations and adaptations were necessary for the trainee to carry out the various pedagogical practices among them: the stages of observation, participation, planning and conduct provided for in the curriculum proposal? What technological tools and potentially significant resources were applied during this period? The systematization of information revealed that the supervised internship took place using digital cloud computing

tools, in the Classroom virtual collaborative environment, with the use of students' mobile devices for the participation of synchronous and asynchronous activities, creation of free referring content. curricular components and methodological adaptations, thus revealing the relevance of technologies in Higher Education, especially in times of pandemic.

Key words: Education. Pandemic. Pedagogical practices.

Introdução

O século XXI solicitou mudanças significativas e relevantes para a humanidade. A transformação requerida, instiga a formação de pessoas críticas, responsáveis, práticas, que saibam tomar atitudes perante aos desafios da vida. Assim, diante das diversas nações, que seguem suas rotinas, na busca do avanço econômico e social de seus povos, os anos de 2020 e 2021, depara-se com um dos maiores desafios do século - a pandemia!

Ela chegou de mansinho, iniciando casos isolados na China, e logo alcançou uma proporção assustadora, espalhando-se por todas as nações. Causada pelo vírus SarsCoV-2, que se tornou letal para a humanidade, o vírus pode ser considerado como o “marco divisor de águas” entre a rotina e a “reinvenção” do ser humano, no ano de 2021, sobretudo, na organização dos processos educacionais.

Com o intuito de diminuir a contaminação entre as pessoas, o distanciamento social tornou-se a chave para a segurança de todos, com isso, houve impacto significativo nos meios de produção (em todas as áreas do trabalho), bem como na efetivação do processo educacional, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Nesse cenário o ensino remoto é evidenciado como uma expressão registrada no ordenamento educacional e propício às atividades e tarefas didáticas não presenciais e, portanto, empregado também na Educação Superior.

Nesse cerne educacional, o presente texto problematiza o campo do estágio supervisionado e apresenta reflexões sobre como a Educação Superior, mais especificamente o Curso de Pedagogia, reorganizou as práticas pedagógicas previstas no referido curso de uma universidade privada, do norte do Paraná, a fim de garantir as aproximações e vivências com a sala de aula.

Para tanto, foram levantadas as seguintes problemáticas: Como aproximar as vivências das práticas pedagógicas aos acadêmicos do Curso de Pedagogia em tempos de distanciamento social? Quais reformulações e adaptações foram necessárias para que o

estagiário realizasse as etapas de observação, participação, planejamento e regência previstas na proposta curricular? Quais ferramentas e recursos potencialmente significantes foram aplicados nesse período?

Para o corpus de análise da investigação científica, a pesquisa de caráter qualitativo investigou como essas práticas pedagógicas foram viabilizadas ao acadêmico, para que fossem oportunizadas as aproximações entre os conteúdos teóricos e práticos do curso, em uma etapa de práticas pedagógicas que prescrevia ações *in loco*/presenciais. (PPC DE PEDAGOGIA, 2020).

A investigação foi desenvolvida a partir do Relato de Experiência, assente na defesa da narrativa como método de pesquisa e em acordo com as pesquisas de [Lyotard \(1987\)](#) que sustenta: “[...] o saber narrativo mereceria ser examinado com cuidado. A forma narrativa obedece a um ritmo, é a síntese de um metro que marca o tempo em períodos regulares e com um acento que modifica o comprimento ou a amplitude de algumas [...]”. ([LYOTARD, 1987, p. 40](#)).

Nesse sentido, o percurso metodológico eleito pelas pesquisadoras é concebido em contexto social e histórico em que “as questões da investigação estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas e são frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos” ([MINAYO, 2001, p. 17](#)).

1. A suspensão das atividades escolares no Brasil

Com a disseminação do vírus SarsCov-2, causador da COVID-19, por todas as nações desde 2020, o governo brasileiro determinou a suspensão das atividades laborais e educacionais, interrompendo provisoriamente o exercício de determinadas funções sociais.

A Medida Provisória n.º 934/20, de 1 de abril de 2020, estabelece as normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica, impactando o fazer pedagógico na Educação Básica e na Educação Superior.

O Parecer 05/2020, de 28 de abril de 2020, dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19 e determina, que:

Em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, a Medida Provisória nº 934/2020 flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. ([BRASIL, CNE/MEC, Parecer nº 9/2020](#)).

Nesse cenário, apenas as atividades consideradas como “atividade essencial” tiveram autorização para atuarem. Dessa forma, o ensino presencial, que seguia seu percurso rotineiro, em todos os níveis e modalidades (em instituições públicas e privadas), sofreu um impacto significativo, pois, devido ao tempo de isolamento estabelecido pelos governos, seria impossível cumprir a carga horária mínima anual estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96). “Estados e Municípios vêm editando decretos e outros instrumentos legais e normativos para o enfrentamento da emergência de saúde pública, estando, entre elas, a suspensão das atividades escolares” ([BRASIL, CNE/MEC, Parecer nº 9/2020](#)).

Sob esses pressupostos, o Conselho Nacional de Educação (CNE) autorizou a realização de atividades pedagógicas remotas, com adequação de cada sistema de ensino, de acordo com a realidade local e regulamentações vigentes.

O documento salienta que, em decorrência do distanciamento social, a interrupção das atividades pedagógicas presenciais, por sua vez, poderia se estender a longo prazo e acarretaria prejuízos irreparáveis na formação dos estudantes brasileiros. Por esse motivo, mesmo considerando a disparidade regional e as incertezas quanto às possibilidades de atendimento tecnológico, esse documento autorizou os Estados e Municípios a organizarem e elaborarem um plano de atendimento remoto.

Tal situação leva a um desafio significativo para todas as instituições ou redes de ensino de educação básica e superior do Brasil, em particular quanto à forma como o calendário escolar deverá ser reorganizado. É necessário considerar propostas que “não aumentem a desigualdade ao mesmo tempo em que utilizem a oportunidade trazida por novas tecnologias digitais de informação e comunicação para criar formas de diminuição das desigualdades de aprendizado” ([BRASIL, CNE/MEC, Parecer nº 9/2020, grifos nossos](#)).

Diante do exposto, as instituições públicas e privadas, da educação básica à educação superior, tiveram que reorganizar a forma de atendimento pedagógico, tentando (na medida

do possível) atender os estudantes, sem causar-lhes maiores danos em termos de qualidade educacional. É importante ressaltar que muitas instituições de educação básica (públicas e privadas) não apresentavam condições de atendimento remoto, pois, a realidade dos estudantes, aliada às condições da instituição, não permitiram que o ensino fosse sequenciado de forma síncrona ou assíncrona¹.

Nesse cenário, as instituições de Ensino Superior (públicas e privadas), que ofertam cursos presenciais, organizaram-se de acordo com suas possibilidades financeiras e tecnológicas e traçaram estratégias para promover o atendimento dos estudantes. Inicialmente, algumas (públicas e privadas) optaram em não dar sequência ao ensino remoto, tendo em vista a carência de ferramentas tecnológicas para esse fim. Porém, essa situação causaria transtornos a longo prazo, haja vista que os estudantes prolongariam o término da conclusão do curso e estariam impossibilitados de ingressarem no mercado de trabalho. Com os percalços ocorridos devido à pandemia, o público-alvo das unidades educacionais não estavam à disposição presencialmente para que a prática pedagógica fosse cumprida conforme estrutura a priori. ([BRASIL, Portaria nº 343, 2020](#)).

Apesar do ensino remoto não ser visto, inicialmente, como a forma ideal para transpor os aspectos teóricos e práticos para o licenciado em Pedagogia, apresentou-se como um fecundo campo para a garantia das vivências e acesso às práticas educativas. Pois, uma das preocupações do campo educacional diante da pandemia foi a de encontrar possibilidades e estratégias para reduzir os efeitos negativos do distanciamento social, precisando empregar tempo de pesquisa para identificar quais lacunas estão sendo criadas pela falta de interação presencial, principalmente para os estágios *in loco*.

2. Práticas pedagógicas remotas no Curso de Pedagogia: possibilidades e experiências

Diante dessa nova realidade, muitas instituições de Ensino Superior adaptaram as atividades acadêmicas para que os estudantes pudessem ter acesso ao conhecimento científico teórico e prático, da melhor forma possível. A atividade pedagógica oriunda do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura permite que o acadêmico desenvolva sua

capacidade de reflexão, seja capaz de problematizar, analisar e intervir na sala de aula. Mas, como promover isso sem estar *in loco*?

A partir desse questionamento, apresentamos propostas de atividades pedagógicas reorganizadas por uma universidade privada, localizada na região Noroeste do Paraná, para a viabilização e realização da participação em atividade social e do estágio supervisionado I, II, III e IV, com funcionamento do ano letivo de forma anual, composto pelas disciplinas de: Diversidade Cultural, Políticas Educacionais, Legislação e Organização da Educação Básica, Teoria e Prática do Ensino de Língua Portuguesa, Teoria e Prática do Ensino da Matemática, Teoria e Prática do Ensino Ciências, Teoria e Prática do Ensino de História e Geografia e EJA.

Num curso de formação de professores, todas as disciplinas, as de fundamentos e as didáticas, devem contribuir para a sua finalidade que é a de formar professores, a partir da análise, da crítica e da proposição de novas maneiras de fazer educação. Nesse sentido, todas as disciplinas necessitam oferecer conhecimentos e métodos para esse processo ([PIMENTA & LIMA, 2006, p. 13](#)).

Quanto às práticas de estágio, a Proposta Pedagógica Curricular do Curso dispõe que os acadêmicos deveriam participar de ações escolares *in loco*, desde o primeiro ano da graduação, para que, paralelamente às aulas teóricas, pudessem aplicar os conteúdos prescritos no currículo.

A partir da promulgação do Decreto n.º 4230/2020, foi iniciada uma sequência de aulas teóricas com atendimento por meio do ambiente colaborativo virtual *Classroom*, com aulas de 50 minutos, via *Google Meet*, para que os estudantes e professores tivessem contato por meio de aulas síncronas e assíncronas.

Nesse sentido, reconhecemos esse ciberespaço como uma produção de novas interfaces para conectar os estudantes e professores com conteúdos que se traduzem de formas visuais, sonoras e textuais, numa mistura intensa de representações. ([SANTAELLA, 2007](#)). Um desafio para os docentes que precisaram enfrentar as novas linguagens, adentrar aos seus moldes, ressignificar as suas ações frente à utilização das tecnologias educacionais e as novas formas de estruturar e comunicar o pensamento, como:

[...] pesquisar as novas informações, desenvolver criticidade frente à imensa quantidade de informações, comparar e analisar as informações procurando elaborar seu pensamento próprio, sua colaboração científica, sua posição de intelectual, apresentá-la a seus alunos juntamente com outros autores e recursos de pesquisa, nova forma de estruturar e comunicar o pensamento ([MASETTO, 2009, p. 3](#)).

Assim, no início da suspensão das atividades presenciais e com o fechamento das unidades educacionais, nas quais os estudantes fariam as práticas pedagógicas em cada momento do estágio supervisionado (ação social, observação, participação e regência), a universidade reelaborou o plano de ensino do Estágio Supervisionado, adequando o mesmo a realidade do momento. Desse modo, os acadêmicos também puderam participar da elaboração das ações, sugerindo atividades que contemplassem a necessidade de cada etapa da formação dos mesmos, tornando-se assim, um espaço democrático de trabalho pedagógico.

O Quadro 1 nos permite conhecer quais práticas pedagógicas de estágio supervisionado eram propostas antes da pandemia e quais reformulações e adaptações foram realizadas para o cumprimento do currículo durante a pandemia.

Quadro 1 - Práticas de estágio supervisionado no curso de pedagogia.

(Continua)

ATIVIDADES PRÁTICAS PREVISTAS NA PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ESTÁGIO ANTES DA PANDEMIA	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ESTÁGIO DURANTE A PANDEMIA
Práticas pedagógicas	-Trabalho social: visitas técnicas às instituições não escolares (abrigos, asilos, ONG's, instituições de caridade).	-Trabalho social: Gravação de vídeos conceituais.
Gestão, planejamento e organização de processos educativos	-Observação e análise dos documentos normativos e o manuseio da documentação escolar; -Entrevistas; -Seminário integrador.	-Observação e análise dos documentos normativos digitalizados e disponibilizados na plataforma <i>Classroom</i> , organizados por itens; -Registro.

Quadro 1 - Práticas de estágio supervisionado no curso de pedagogia.

(Conclusão)

Observação e participação	Observação do funcionamento da sala de aula; -Auxiliar e/ou assessorar o professor regente	-Confecção de materiais pedagógicos concretos e digitais; -Análise de videoaulas; -Participação e análise de <i>lives</i> ; - Análise de materiais e cadernos pedagógicos impressos e/ou digitalizados; - Acompanhar as aulas síncronas do Canal TV Paraná.
Microensino	-Preparação e desenvolvimento de ensaios de aulas presenciais.	-Preparação e desenvolvimento de ensaios de vídeoaulas pela ferramenta <i>Google Meet</i> ; - Elaboração de estúdio pedagógico.
Regência	-Ministração de aulas a partir de unidades temáticas e objetos de conhecimentos presencialmente em uma turma do Ensino Fundamental Anos Iniciais.	-Ministração de videoaulas a partir de unidades temáticas e objetos de conhecimento de uma turma do Ensino Fundamental Anos Iniciais para uma banca examinadora composta por professores orientadores dos estágios.

Fonte: Adaptado da PPC do Curso de Pedagogia, organização das autoras, 2021.

As ações nomeadas de práticas pedagógicas foram direcionadas ao que compete ao chamado trabalho social. Nessas atividades, os estudantes precisam visitar instituições não escolares, dentre elas abrigos, asilos, organizações não governamentais, instituições de

caridade e realizarem um momento interativo e informativo, com as pessoas da comunidade. A atividade foi adaptada, os estudantes gravaram videoaulas, apresentando o conhecimento teórico sobre temas relevantes como: desigualdade social e diversidade cultural. Com a mediação do professor regente, os estudantes elaboraram um texto informativo sobre os respectivos temas e, na sequência, cada qual ficou responsável em gravar uma frase que desse sentido ao texto na íntegra.

Os acadêmicos fizeram as gravações em suas próprias residências, e utilizaram o celular pessoal para este fim. Após todos os estudantes gravarem cada parte da qual ficaram responsáveis, os vídeos foram encaminhados para um grupo de edição, criado especificamente para dar esse suporte aos acadêmicos. Em acordo com a Lei nº 9.610/1998 de Direitos Autorais, o produto final que materializou as práticas foi compartilhado nas redes sociais *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*, com o objetivo de informar a comunidade sobre temas de repercussão social necessária.

Outra atividade relacionada à Gestão, Planejamento e Organização de Processos Educativos realizada remotamente, refere-se a observação e o manuseio da documentação escolar. Nessa ação, os/as acadêmicos/as deveriam se deslocar até as escolas públicas conveniadas e analisar a documentação escolar, fazendo o levantamento dos dados das instituições, organização administrativa, didática e pedagógica, bem como entrevistas com os profissionais da escola (equipe pedagógica, equipe diretiva, professores, agentes administrativos e operacionais). Desse modo, as professoras responsáveis pelo direcionamento desta ação, entraram em contato com duas escolas públicas conveniadas, sendo uma municipal e uma estadual, a qual disponibilizou parte da documentação que poderia ser escaneada (cumprindo o sigilo necessário) e mantendo o contato mediante e-mail. Por meio da computação em nuvem, os documentos escaneados foram disponibilizados na plataforma *Classroom*, organizados por itens, os quais cada acadêmico ficou responsável em analisar o documento e fazer os respectivos registros solicitados para o cumprimento do estágio.

Quanto à análise e observação dos documentos normativos como o Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Regimento escolar, Regulamento interno, Estatutos e outros, os acadêmicos puderam analisar a documentação via site das referidas

escolas, visto que há determinação do Núcleo Regional de Ensino (NRE), que todas as escolas estaduais alimentem seus respectivos sites com as informações necessárias e de direito ao acesso da comunidade.

A terceira etapa dessa ação (entrevistas), deveria ser realizada *in loco*, com a presença do acadêmico e a participação de cada membro da escola, de acordo com a função solicitada. Para cumprimento desta etapa, os acadêmicos foram orientados a se organizarem em grupos, fazer contato com um respectivo profissional de escolas públicas e enviar por e-mail as perguntas pertinentes à entrevista.

Após a realização dessa ação, os dados foram compilados e apresentados pelos acadêmicos, por meio de seminários, via reunião por *Google Meet* e disponibilizados na plataforma do *Classroom*.

Ainda sobre as ações de Gestão, Planejamento e Organização de Processos Educativos realizadas remotamente, foi organizado um seminário integrador, no qual as atividades propostas solicitavam a participação de um profissional especialista, de atuação comprovada na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação do Campo, Ensino Profissionalizante, Educação Superior e Educação à distância para que participasse de uma mesa redonda virtual em que pudesse apresentar as principais atividades do Pedagogo, em cada etapa, nível e modalidade prevista na LDB 9394/96.

Nesse sentido, os acadêmicos foram divididos em grupos e receberam a função de contatar cada profissional especialista e organizar uma *webconferência* em que seriam abordados os temas respectivos a cada modalidade educacional. Os profissionais convidados deveriam realizar uma minipalestra com apresentação da etapa/nível/modalidade e, na sequência, os acadêmicos direcionaram alguns questionamentos sobre cada tema abordado. Ao final dessa atividade, os acadêmicos compilaram as informações, materializando-as em um relatório de conhecimentos pedagógicos, com a descrição da organização de cada etapa/nível/modalidade representada, os objetivos de cada um, o público atendido e, principalmente, as formas de atendimento antes da pandemia e durante o ensino remoto.

Outra prática de estágio adaptada ao ensino remoto, foram as fases de observação e participação. Em tempos de atividades presenciais, os acadêmicos têm a possibilidade de conhecer o funcionamento da sala de aula, observando e anotando as dificuldades e/ou

problemas que por ventura ocorram nas salas de aula, bem como, ajudando, auxiliando e assessorando o professor da turma, com o intuito de ter subsídios para a organização das aulas de regência, comumente explicadas.

Ocorre que para aproximar o acadêmico dessas experiências ordinárias no contexto escolar, as novas artes de fazer a educação foram incorporadas para os acadêmicos de Pedagogia que trocaram a sala de aula física por uma sala de aula virtual. Uma mudança material que interfere diretamente na forma de se conceber a educação, isto é, os métodos, técnicas de ensino, relação professor/aluno e aluno/aluno, recebe uma nova configuração.

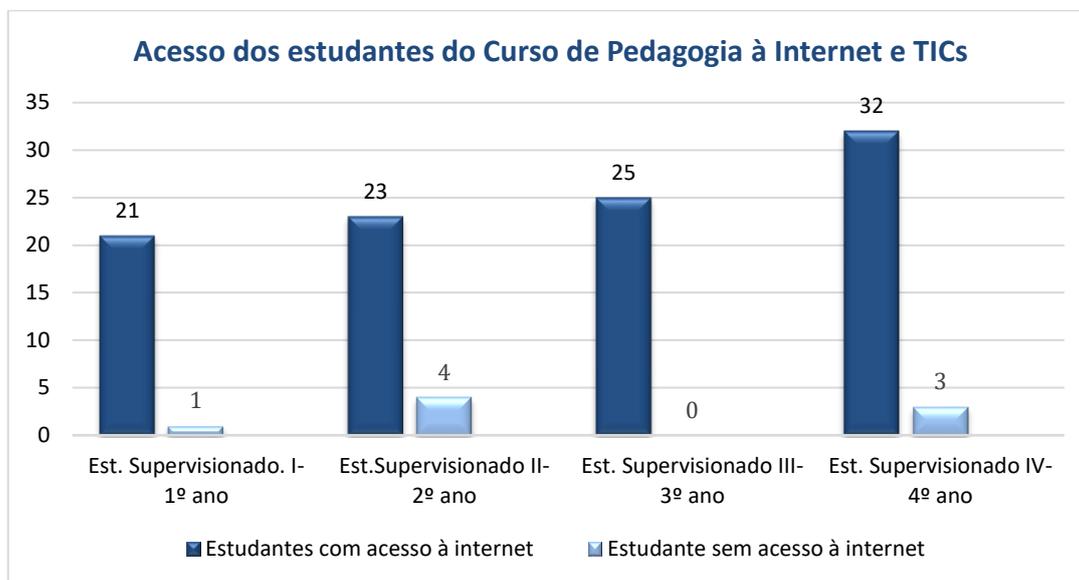
Vale lembrar que historicamente a educação demandou a presença e participação de alunos e professores em um mesmo ambiente, onde cada qual deveria cumprir com suas funções, na busca de atingir os objetivos propostos. Mesmo diante do avanço da tecnologia e possibilidades diferenciadas de intervenção pedagógica, “algumas ideias da “pedagogia tradicional” ainda se fazem presentes nos métodos de ensino, pois a prática pedagógica tradicional será o modo como o professor irá proceder na realização da referida tarefa em relação a seus alunos” ([SAVIANI, 2012, p. 68](#)).

Diante disso, compreendendo a importância de se (re)pensar o processo pedagógico para além da concepção de formação, em que o ensino presencial, solicita a presença de professores e alunos no mesmo ambiente formativo, houve a necessidade de realizar as devidas adaptações (metodológicas, estruturais).

Além das adaptações mencionadas de organização do trabalho pedagógico, foi necessário readequar o atendimento pedagógico aos estudantes que não tinham aparelhos adequados ou apresentavam dificuldades com o uso de recursos tecnológicos para participarem das aulas.

Segundo o IBGE (2019), aproximadamente 100% dos estudantes do Ensino Superior do Brasil tem acesso à internet, por meio de dados móveis ou wifi, em casa ou na instituição. Para cotejarmos a acessibilidade dos estudantes brasileiros e a amostra dos estudantes do curso de Pedagogia quanto ao acesso à internet e as tecnologias educacionais, apresentamos o gráfico 1.

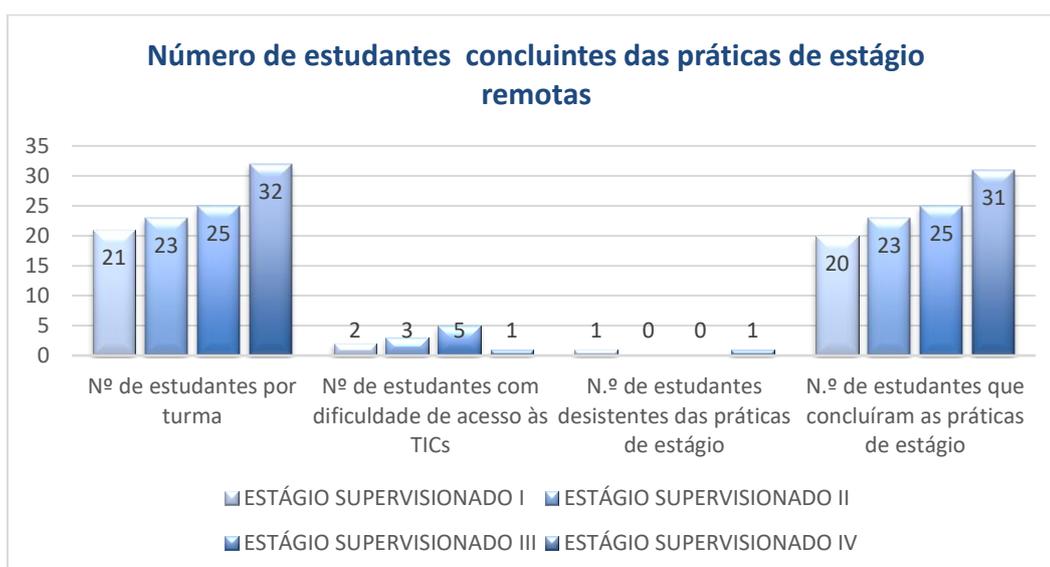
Gráfico 1 – Acesso dos estudantes do curso de Pedagogia à internet e TICs.



Fonte: Organização das autoras, 2021.

Para minimizar a desigualdade de acesso à internet e participação nas aulas ao vivo, a universidade disponibilizou um espaço específico para os acadêmicos que não dispunham de internet na residência, bem como as gravações das aulas ao vivo para serem assistidas posteriormente.

Gráfico 2 – Número de estudantes do Curso de Pedagogia que concluíram as práticas de estágio adaptadas para o ensino remoto.



Fonte: Organização das autoras, 2021.

As atividades práticas realizadas nesse espaço de sala de aula virtual, culminaram no acompanhamento das aulas remotas por meio de análises de videoaulas gravadas, acompanhamento das aulas do canal de TV Aula Paraná-13.1, participação em *lives*, análise de cadernos pedagógicos impressos e confecção de materiais pedagógicos. Para substituir a regência em sala física, os acadêmicos do Curso de Pedagogia receberam unidades temáticas e objetos de conhecimentos dos componentes curriculares previstos para as turmas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA e elaboraram videoaulas de acordo com os objetivos de aprendizagem de cada modalidade, etapa e ano.

Para dar continuidade às atividades do estágio II, III e IV, foram ofertadas a fase do microensino, cujo objetivo é de preparar, desenvolver e experienciar, através de ensaios de aulas, a Prática Docente, bem como, prepará-los para atuação em sala de aula. Esta atividade se inicia a partir de um tema e elaboração de planos de aula, conforme as orientações pertinentes do professor orientador e supervisor². Prevê ainda a ministração de aulas para os colegas de turma, para verificar quais ajustes são necessários para deixar o plano de aula completo e significativo.

A figura do professor orientador e supervisor foi fundamental nesse processo, principalmente no que se refere a troca significativa de aprendizado entre a unidade e as escolas da educação básica, pois, norteou o caminho de possibilidades adaptadas que conduzem os estudantes a apropriação do conhecimento e sua aplicação a situações práticas do cotidiano escolar, sem estar presencialmente nele.

Para que a atividade fosse realizada remotamente, a universidade utilizou novamente a ferramenta *Google Meet*. Os acadêmicos criaram previamente um estúdio domiciliar para dispor os materiais pedagógicos e simular o espaço de uma sala de aula, tendo os demais colegas de sala como os estudantes voluntários daqueles espaços. É importante ressaltar que os espaços de convivência e espaço acadêmico se entrecruzam nessa atividade, pois, a residência do acadêmico que antes era apenas um espaço de convívio familiar, deu lugar a uma possível sala de aula, com escrivaninhas, paredes, móveis de quartos, da sala de estar e outros espaços alternativos que se aproximasse o máximo possível do ambiente escolar.

A última atividade prevista nas práticas do estágio supervisionado do curso de pedagogia é a regência. Nesta fase do estágio, o acadêmico tem a possibilidade de

experientiar e ministrar aula(s) a partir de conteúdos e horários sugeridos pela carga horária de cada estágio, conforme orientações do supervisor de estágio e professor regente.

Ainda que com autorização do retorno das práticas pedagógicas de estágio pela Portaria n.º 544 de 16 de junho de 2020, a universidade não teve condições de executar as práticas pedagógicas presenciais, haja vista, que as unidades educacionais públicas do Paraná não retomaram o atendimento sistematizado. Assim, as aulas referentes a semana de regência foram apresentadas pelos acadêmicos para uma banca examinadora, criada especificamente para acompanhar o processo de avaliação do estágio enquanto durar o período de pandemia. A composição da banca prevê a participação dos professores orientadores e convidados das áreas curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Ciências, Geografia, Ensino Religioso, Arte e Educação Física.

Considerações Finais

Partimos do pressuposto de que o estágio obrigatório curricular é o sentido da profissão, o que é ser professor na sociedade em que vivemos, como ser professor, a escola concreta, a realidade dos alunos nas escolas de ensino fundamental e médio, a realidade dos professores nessas escolas, sua realização se faz necessário mesmo em tempos de ensino remoto emergencial.

A pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2) trouxe às instituições de ensino uma necessidade emergencial de reorganização das formas de ofertar a educação e se fazer educação, não obstante no Ensino Superior. Sob o aporte das orientações oficiais do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Decretos Estaduais e Municipais, as instituições públicas e privadas puderam realizar alterações no calendário escolar, promover outras artes de ensinar e nesse caso, sistematizar novas possibilidades e experiências de promoção do estágio docente supervisionado a partir da mediação das tecnologias digitais.

A partir da análise das práticas pedagógicas apresentadas, podemos verificar que sem a previsão de retorno, as instituições de Ensino Superior (privadas) que optaram por dar continuidade na formação dos estudantes, fizeram as adaptações exigidas pelas regulamentações vigentes e investiram em tecnologia, capacitação profissional e adequação da infraestrutura. No curso em destaque, identificamos que foram inseridas algumas

ferramentas tecnológicas em rede como: CONEXÃO – Gmail institucional individual, agendas compartilhadas, Google Sala de Aula, Google Meet / Hangout (vídeo conferência e chamada de voz); CRIAÇÃO – (Google Docs / Sheets / Slides) – Desenvolvimento de planilhas, formulários e apresentações; ACESSO – Google Drive: Acesso ilimitado em nuvem; CONTROLE – Suporte 24 horas por dia, todos os dias, telefone, e-mail, online; recursos e-discovery para e-mails, bate-papos e arquivos, controles de segurança e administração. (CARRARO, 2020). Nesse sentido, ressaltamos que há anos são realizadas investigações quanto à relevância das tecnologias no contexto educacional, necessitando de políticas de formação de professores, recursos educacionais digitais, infraestrutura e principalmente mudanças de paradigmas. No entanto, em tempos de pandemia, além de todas as abordagens apresentadas, a utilização de tecnologias educacionais se tornou o principal recurso para a promoção, o acesso e a garantia de práticas educativas em todos os níveis e modalidades de ensino, principalmente, na garantia da continuidade do estágio supervisionado.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação – MEC, **PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco--de-2020-248564376>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do Ensino Superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, ano CLVIII, n. 63-A, 1 abr. 2020. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=600&pagina=1&data=01/04/2020&totalArquivos=1>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 5, de 28 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: DF, 2020. D.O.U. de 01/06/2020, Seção 1, Pág. 32. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-de-29-de-maio-de-2020-259412931>. Acesso em: 25 de abr. 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CP Nº 9/2020 - 36/2001 - **Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020**, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: MEC, 2020.

BRASIL, **Portaria MEC Nº 544/2020**, publicada no D.O.U em 16 de junho de 2020.

CARRARO, W.H. Ferramentas Tecnológicas para o Ensino e Aprendizagem em Tempos de Covid-19. Material de aula – **2º Forum EAD 2020 SEAD UFRGS**, 2020. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sead/news/2o-forum-ead-de-2020-ira-abordar-algumas-ferramentas-tecnologicas-para-o-ensino-e-aprendizagem-em-tempos-pandemia>. Acesso em 16 mai. 2021.

LYOTARD, Jean Françoise. **O Pós-moderno explicado às crianças**. Tradução de Tereza Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

MASETTO, M. T. Formação pedagógica dos docentes do ensino superior. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Administração, Cristalina, v. 1, n. 2, p. 4-25, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4288032/mod_resource/content/1/FORMACAO_PEDAGOGICA_DOCENTES_DO_ENSINO_SUPERIOR_MASETTO.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAN, J. M. **Mudando a educação com metodologias ativas**, 2015. (Coleção Mídias Contemporâneas: Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania —Aproximações Jovens, v. 2).

PARANÁ. **Decreto nº4230**, de 16 de março de 2020. Governo do Estado. Disponível em: http://www.esedh.pr.gov.br/sites/direitosfundamentais/arquivos_restritos/files/documento/2020-11/decreto423016032020.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, UFG, v. 3, n. 3 e 4, pp.5-24, 2006.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil: História e Teoria**. Campinas: Autores Associados, 2012.

¹ **Síncronas** - Atendimento virtual (transmissão *on-line*) que ocorre com a participação do estudante e do professor no mesmo instante. Ambos devem estar conectados para interagir no processo pedagógico. **Assíncronas** - O atendimento também é *on-line*, porém, não há necessidade de conexão do estudante e do professor ao mesmo tempo. Cada estudante poderá cumprir com as suas responsabilidades no seu tempo. (MORAN, 2015).

² O professor orientador ou supervisor é responsável por acompanhar o acadêmico em suas práticas de estágio, por meio de orientações coletivas e individuais, na própria Instituição de Ensino Superior, para relatos e esclarecimentos de dúvidas ou na supervisão da prática de estágio na unidade educacional selecionada pelo acadêmico. (PIMENTA & LIMA, 2006).